



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA — CAMPUS V**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM GESTÃO EM**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**LIGIA MARIA FERNANDES DE MELO FALCÃO**

**PRÁTICAS DA AGENDA AMBIENTAL A3P DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**  
**UM ESTUDO DE CASO NA FAPESQ - PB**

**JOÃO PESSOA-PB**

**2024**

**LIGIA MARIA FERNANDES DE MELO FALCÃO**

**PRÁTICAS DA AGENDA AMBIENTAL A3P DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:  
UM ESTUDO DE CASO NA FAPESQ - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba em parceria com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Gestão em Administração Pública.

**Área de concentração:** Estado, Governo e Políticas Públicas

**Orientadora:** Prof. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira.

**JOÃO PESSOA-PB**

**2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F178p Falcão, Lígia Maria Fernandes de Melo.  
Práticas da Agenda Ambiental A3P da administração pública: [manuscrito] : um estudo de caso na FAPESQ-PB / Lígia Maria Fernandes de Melo Falcão. - 2024.  
29 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização Gestão em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira, Departamento de Administração e Economia - CCSA. "

1. Preservação de documentos. 2. Sustentabilidade. 3. Gestão pública . 4. Agenda ambiental A3P. 5. Responsabilidade socioambiental. 6. FAPESQ-PB. I. Título

21. ed. CDD 361.25

**LIGIA MARIA FERNANDES DE MELO FALCÃO**

**PRÁTICAS DA AGENDA AMBIENTAL A3P DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:  
UM ESTUDO DE CASO NA FAPESQ - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba em parceria com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Gestão em Administração Pública.

**Área de concentração:** Estado, Governo e Políticas Públicas

Aprovada em: 28 de junho de 2024

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



VIVIANE BARRETO MOTTA NOGUEIRA

Data: 12/07/2024 12:13:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira (Orientadora)**  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

---

**Prof. Dra. Hannah de Oliveira Santos Bezerra**  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

---

**Prof. Dr. Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira**  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Agenda Ambiental na Administração Pública.....	12
<b>Figura 2</b> - Eixos Temáticos da Agenda A3P .....	13
<b>Figura 3</b> - Sala de programas e projetos (antes) .....	19
<b>Figura 4</b> - Sala de programas e projetos (atual) .....	19
<b>Figura 5</b> - Sala do financeiro .....	20
<b>Figura 6</b> - Sala do financeiro (atual). .....	20
<b>Figura 7</b> - Arquivo Geral (antes) .....	21
<b>Figura 8</b> - Arquivo geral (atual). .....	21
<b>Figura 9</b> - Processo evolutivo via PBdoc .....	23

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Leis e normas .....	11
<b>Quadro 2</b> - Legislações específicas vinculadas ao PBdoc.....	22

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CODATA	Companhia de Processamento de Dados da Paraíba
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCRS	Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental
DPRO	Departamento de Documentação
DEC	Departamento de Educação e Cidadania Ambiental
DPCS	Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis
Fapesq	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos
PPSUS	Programa Pesquisa para o SUS
PPP	Programa Primeiros Projetos
PES	Projeto Esplanada Sustentável
SAIC	Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
SBio	Secretaria de Biodiversidade
SECTIES	Secretaria de Ciências e Tecnologia
SEEC	Secretaria de Ecoturismo
SIABI	Sistema Integrado de Automação de Bibliotecas
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

RESUMO .....	7
1. INTRODUÇÃO .....	8
2. AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) .....	9
2.1 Agenda A3P X Sustentabilidade .....	12
3. METODOLOGIA .....	14
3.1 Caracterização da pesquisa .....	14
3.2 Cenário do Estudo .....	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	18
5. CONCLUSÃO .....	25
REFERÊNCIAS .....	26

**PRÁTICAS DA AGENDA AMBIENTAL A3P DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:  
ESTUDO DE CASO NA FAPESQ - PB**

**PRACTICES OF THE A3P ENVIRONMENTAL AGENDA IN PUBLIC  
ADMINISTRATION: CASE STUDY AT FAPESQ - PB**

Ligia Maria Fernandes de Melo Falcão<sup>1</sup>  
Viviane Barreto Motta Nogueira<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este trabalho visa identificar práticas inseridas na Fapesq, como preservação de documentos organizacionais, sustentabilidade, assunto bem discutido e questionado atualmente. Para o desenvolvimento deste artigo, primeiramente identificamos a necessidade de adaptações e ajustes dos setores, apresentando um breve histórico sobre o assunto sustentabilidade dentro da Fapesq, conceituando e definindo suas principais formas e características. A pesquisa é do tipo descritivo, utilizando método qualitativo, com vivência in loco, permitindo um melhor desempenho e reestruturação. Estando centrado na seguinte questão: Como aperfeiçoar a gestão administrativa de forma sustentável e estratégica, trazendo mais eficácia a Fapesq? E para solucionar a problemática anterior, o trabalho consistiu em apresentar um novo modelo de gestão aplicado na FAPESQ, através de indicadores da Plataforma A3P.

**Palavras-Chave:** sustentabilidade, economicidade, gestão, organização, A3P.

**ABSTRACT**

The present work aims to present a small transition between social responsibility and sustainability, a subject that is currently well discussed and questioned. For the development of this article, we first identified the need for adaptations and adjustments of the sectors, presenting a brief history about sustainability within Fapesq, conceptualizing and defining its main forms and characteristics. The research is descriptive, using a qualitative method, with on-site experience, allowing for better performance and restructuring. Being centred on the following question: How to improve administrative management in a sustainable and strategic way, bringing more effectiveness to Fapesq? And to solve the previous problem, the work consisted of presenting a new management model applied at FAPESQ, through indicators of the A3P Platform.

**Key words:** sustainability, economy, management, organization, A3P.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Contabilidade. E-mail: ligiamfm@gmail.com

<sup>2</sup> Professora da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: vivianemotta@servidor.uepb.edu.br.

## 1. INTRODUÇÃO

Pensar em práticas de consumo é um dever dessa ou de qualquer geração para preservar e garantir um meio ambiente sustentável. Sabemos que se torna difícil em questões de estarmos em um processo de busca pela facilidade e rapidez em todos os ambientes. Os chefes tendem a exigir, mas por muitas vezes não é atendido, pois a facilidade e imediatismo devoram a todos.

O compromisso para cada um dos bilhões de habitantes deste planeta é essencial e insubstituível para a implementação das mudanças radicais que o momento exige. Igualmente, é interessante fazer menção à crise de 1929, nos Estados Unidos, contexto o qual devido ao incentivo de consumo exagerado por parte de uma cultura capitalista ocorreu uma superprodução gerando falência em empresas e conseqüentemente desempregados, situação de pobreza na sociedade estadunidense (Sorrentino, et al, 2005).

Diante da problemática são necessários projetos, primeiramente de educação financeira, bem como aqueles direcionados à reflexão da questão, mas a questão ambiental e da sustentabilidade, objetivando a diminuição dos impactos que o consumo gera ao meio ambiente. A partir desse conjunto promovem-se hábitos para um consumo consciente na sociedade, bem como no ambiente de trabalho.

Segundo Dror (1999, p.147), a verdadeira trajetória para o futuro será influenciada por atos e não atos da governança, dos quais alguns são escolhas críticas que nenhuma outra instituição poderia ou deveria fazer. Sendo assim, foi necessário identificar um novo modelo de práticas sustentáveis, seguindo metodologias, como o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que visa reduzir tempo nos processos administrativos, gerando mais eficácia e rentabilidade, promovendo qualidade de vida no ambiente de trabalho, além de reduzir custos por meio da sugestão de implantação de compras públicas sustentáveis, priorizando sua economia e, ao mesmo tempo, promovendo a preservação do meio ambiente.

Dessa forma, este estudo está centrado na seguinte questão: Como o modelo A3P pode aperfeiçoar a gestão administrativa de modo sustentável e estratégico de modo a promover eficiência na FAPESQ? E para responder a esta questão o presente trabalho consistiu em um estudo de caso com intervenção e

aplicabilidade aos gestores na FAPESQ, através de alguns indicadores da Plataforma A3P.

Este modelo de gestão apresenta um papel estratégico, bem como uma solução adotada analisada e estudada em reciclagem e rentabilidade no uso de papel, trazendo mais benefícios não só à Fapesq, mas podendo ser estendido a outros órgãos da administração pública do Estado da Paraíba, sendo necessário mostrar e identificar nessa pesquisa o uso consciente, adotado mediante boas práticas de utilização sustentável, não só pensado em papel, mas com maneiras de preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, este trabalho visa aperfeiçoar administrativamente e de forma sustentável, por meio do desenvolvimento de um processo sugerido e implantado ao longo de estudos na FAPESQ, para obtenção de maior eficácia e eficiência nos processos administrativos já existentes em arquivo físicos totalmente insalubres, para promover uma melhor qualidade de vida e no ambiente de trabalho e uso racional de resíduos, reduzindo o tempo de tramitação, bem como, metodologias demandadas e aplicadas em diversos setores da Secretaria de estado e Educação (SEE), Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (SECTIES) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), bem como os demais órgãos não vinculados diretamente, mas que estejam ligados ao Governo do Estado.

Além desta introdução e das considerações finais, o presente artigo está subdividido em duas partes, na primeira parte é apresentada significando a A3P de modo a evidenciarmos sua importância para o nosso escopo de estudo, na segunda parte sua metodologia com um cenário de estudos in loco.

## **2. AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)**

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi concebida em 1999. Somente dois anos depois foi oficialmente criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública. Em 2002, a A3P foi premiada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente. O órgão da ONU reconheceu a relevância do trabalho da A3P e os resultados positivos com a sua implantação.

Diante da sua importância, a A3P foi incluída no Plano plurianual (PPA) 2004/2007 como ação integrante do programa de Educação Ambiental para

Sociedades Sustentáveis, tendo continuidade no PPA 2008/2011. Essa medida garantiu recursos que viabilizaram a implantação efetiva da A3P, tornando-a referência de sustentabilidade nas atividades públicas.

Em 2007, com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a A3P passou a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Em maio de 2008, o Ministério do Meio Ambiente publicou a Portaria n.º 61/08, que “estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas”. Dois meses depois o MMA publica a Portaria n.º 217/08, que institui o “Comitê de Implementação da A3P no Ministério do Meio Ambiente”.

Em 2012 foi lançado o Projeto Esplanada Sustentável (PES). Em 2015, ainda integrando a SAIC, a A3P fez parte do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS). A partir de 2019, a coordenação da A3P passou ao Departamento de Documentação (DPRO) da Secretaria de Ecoturismo (SEEC). Em 2020, por meio da nova estrutura do Ministério do Meio Ambiente, a A3P começou a integrar o Departamento de Educação e Cidadania Ambiental (DEC) que, por sua vez, faz parte da Secretaria de Biodiversidade (SBio). Agenda Ambiental Urbana ([mma.gov.br](http://mma.gov.br)). Várias leis, normas e decretos, legais são pertinentes a essa ação, dentre elas:

**Quadro 1 - Leis e normas**

<b>Legislação</b>	<b>Descrição</b>
Lei nº. 6.93/81	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Considerada um marco histórico no desenvolvimento do direito ambiental, a lei estabelece definições legais sobre os seguintes temas: meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluição e recursos ambientais. Entre os muitos avanços visando a proteção ambiental destaca-se na Lei a exigência de Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o seu respectivo relatório (RIMA).
Lei nº. 9.605/98	Lei dos crimes ambientais. Dispõe sobre a proteção efetiva do meio ambiente.
Lei nº. 12.349/2010	Altera a Lei nº 8.666/93 (a Lei das licitações). A promoção do desenvolvimento nacional sustentável se torna objetivo das licitações.
Lei nº. 12.187/2009	Institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas.
Lei nº. 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
Lei nº. 12.462/2011	Estabelece o Regime diferenciado de contratações públicas.
Decreto n.º 5.904/06	Estabelece a exigência de separação dos resíduos recicláveis dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
Decreto n.º 7.746/2012	Determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas.
Instrução Normativa n.º 10/2012 do MPOG	Estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas.
Instrução normativa n.º 1/2010	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) – estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.
Portaria MMA n.º 326/2020	Institui o programa A3P e estabelece suas diretrizes.
Recomendação CONAMA n.º 12/2021	Indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) a adoção de normas e padrões de sustentabilidade.
ISO 2600	Estabelece diretrizes sobre responsabilidade social.

**Fonte:** elaboração própria.

## 2.1 Agenda A3P X Sustentabilidade

A sustentabilidade é uma temática que está presente na maioria dos setores da sociedade no contexto corporativo, privado e público, notadamente pela preservação ambiental para as gerações futuras (Silva; Filho, 2021). Diante de várias propostas a A3P tem a intenção de criar uma prática de responsabilidade socioambiental e econômica na administração pública, contando com o apoio dos 5 R's (Figura 1), consistindo em repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos.

**Figura 1** - Agenda Ambiental na Administração Pública.



**Fonte:** <https://radar.ibegesp.org.br>

A sustentabilidade faz saber que é a capacidade do uso consciente de recursos naturais sem comprometimento do bem-estar, tendo como objetivo o ponto de equilíbrio e preservação ambiental. Como exemplo de sustentabilidade podemos citar economia de água, lixo devidamente reciclado e com coletas seletivas, bem como panfletos e indicadores mais visíveis para uma boa prática de sustentação e conscientização. Dessa forma podemos esperar um futuro com pilares fortes e um novo estilo de vida.

A correta destinação dos resíduos sólidos é condição primordial para uma cidade sustentável. A Política Nacional de Resíduos (PNRS), aprovada em agosto de 2010, trouxe importantes instrumentos para que municípios do Brasil iniciem no enfrentamento aos principais problemas ambientais, sociais e econômicos

decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Como pilar forte, o PNRS tem a principal função da responsabilidade compartilhada, significa que indústrias, distribuidores e varejistas, prefeituras e consumidores são todos responsáveis pelos resíduos sólidos e cada um terá de contribuir para terem uma disposição final adequada.

Buscar um melhor ordenamento do ambiente urbano primando pela qualidade de vida da população é trabalhar por uma cidade sustentável. Melhorar a mobilidade urbana, a poluição sonora e atmosférica, o descarte de resíduos sólidos, eficiência energética, economia de água, entre outros aspectos, contribuem para tornar-se uma cidade sustentável.

Consoante o Ministério do Meio Ambiente BRASIL, 2018, a Agenda A3P está pautada em seis eixos (Figura 2), descritos como:

**Figura 2 - Eixos Temáticos da Agenda A3P**



Fonte: <http://www.sustentavel.ufu.br/node/448>

Como se pode ver, o Programa A3P se destina aos órgãos públicos das três instâncias: federal, estadual e municipal; e aos três poderes da República: executivo, legislativo e judiciário. É uma agenda voluntária, não existe norma impondo e tampouco sanção para quem não segue as suas diretrizes e a adesão ao Programa é crescente por dois motivos: a) Adotar uma agenda ambiental no órgão é uma exigência dos tempos modernos, quando a população do planeta se vê diante de uma crise provocada pelas mudanças climáticas e o aquecimento global. O que fazer para evitar que a catástrofe anunciada seja maior ainda? Usar racionalmente

os recursos naturais; b) A sociedade exige da administração pública a implementação de práticas que tenham como princípio a sustentabilidade do planeta, sendo as diretrizes da A3P.

É sabido que a maioria dos órgãos públicos já adotam procedimentos considerados sustentáveis, em diversas instituições, a coleta seletiva, por exemplo, é uma prática comum; em algumas instituições foi adotado sistema para evitar o desperdício de água; outras estabeleceram que toda licitação será realizada em critérios de sustentabilidade.

O que o Programa A3P fez foi sistematizar em eixos temáticos aquilo que é fundamental para um projeto de sustentabilidade, hoje disperso em diversos órgãos. O eixo “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos” trata do uso de forma econômica dos recursos a fim de evitar o seu desperdício, englobando o uso racional de energia, água e madeira, além do consumo de papel, copos plásticos e outros.

Conforme as respostas obtidas com a aplicação dos questionários em uma Instituição de Ensino Superior (Sousa; Medeiros, 2020), constatou-se que na maioria das vezes os funcionários praticam ações de uso sustentável, como a reutilização de papel e uso de bens duráveis. Aliada a aplicação da pesquisa, em conversa com os gestores observou-se que a instituição não incentiva tais práticas, também não desenvolve nenhuma ação de monitoramento para reduzir o consumo do papel, energia e água, apenas instrui os seus funcionários a reduzir o consumo de energia por meio do desligamento de aparelhos e luzes em horários ociosos. Ao relatar aplicações realizadas em órgãos e empresas, principalmente a ociosidade e o não monitoramento, mesmo tendo cursos, aulas e palestras aplicadas.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

A metodologia utilizada, quanto aos seus objetivos, se deu através da pesquisa descritiva. Vergara (2008) defende que as pesquisas descritivas têm como finalidade a caracterização de um fato ou população para estabelecer associações entre fatores. Diversos fatores colaboraram para a presente pesquisa ser iniciada mediante coleta de dados e vivência in loco, analisando, identificando e relacionando motivos para uma nova mudança. Assim o estudo escolhido é qualitativo, segundo a

natureza dos dados é uma pesquisa de campo, no que tange o ambiente em que estão apanhados, é classificado como estudo de caso (Gil, 2017).

A coleta de dados foi realizada na Fapesq, localizada no bairro de Bodocongó, cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba. Essa coleta se deu no segundo semestre de 2022, quando se permitiu uma mudança de ambiente de trabalho por conta da reforma no prédio, sendo identificado um arquivo e vários documentos impressos sem uso e guardados a mais de 10 anos, outros que podiam estar em um ambiente e arquivo virtual(servidor) de fácil busca e compreensão, a observação e identificação em mudança consiste em resistência de não mudança, mas que a nova adaptação foi necessária para arquivo, rentabilidade e sustentabilidade, bem como espaço amplo para assegurar processos físicos já existentes. A observação e agora aplicabilidade em 2023, dessa vez podendo reorganizar, redirecionar melhor o arquivo e reestruturar as salas e setores, com o novo local e reforma entregue. A escuta de funcionários foi intensa onde e como podemos amenizar as impressões e montagem de processos mediante relatos, fotos de arquivo, antes, durante e atualmente após a pesquisa e estudos direcionados a esse caso. Um novo modelo mais próximo que se adeque ao avanço da sustentabilidade.

O modelo atual é fruto de um paradigma revolucionista , da visão antropocêntrica, imediatista e capitalista, onde os elementos que constituem o meio ambiente são vistos como partes isoladas, sem interligações ou interconexões e a natureza é tida como um depósito ao dispor do ser humano e os recursos ambientais são considerados infindáveis. O uso racional dos recursos naturais e bens públicos estimula a busca de implementações e práticas sustentáveis, como princípio básico, o gestor público, por sua vez, estando atento a mudanças e reformas no ambiente de trabalho (Silva; Reis; Amâncio, 2011).

Conforme o vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente (IBGE, 2004), trata-se o desenvolvimento sustentável como paradigma de desenvolvimento surgido a partir das discussões das décadas de 1970 e 1980, sobre os limites ao crescimento da população humana, da economia e da utilização de recursos naturais, aduzindo que o desenvolvimento sustentável visa integrar e harmonizar as ideias e conceitos relacionados ao crescimento econômico, a justiça e ao bem-estar social, ambiental, econômica e institucional do desenvolvimento.

1.

### 3.2 Cenário do Estudo

A FAPESQ, foi criada pela Lei Estadual n.º 5.624 em 06 de junho de 1992, durante o governo Ronaldo Cunha Lima e reestruturada em 1997. É um órgão de direito público, parte integrante do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, cujo objetivo é promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado da Paraíba, através do fomento à ciência, tecnologia e inovação mantendo estreita sintonia com o atendimento às necessidades socioeconômicas que afetam seu desenvolvimento sustentável.

Essa instituição tem administrado várias ações de incentivo à pesquisa no estado, entre elas: Estudos e Pesquisas Prioritárias na Área de Saúde Pública (uma iniciativa do Ministério da Saúde e do Governo do Estado), PPSUS como um importante instrumento de avanço científico para a saúde do País, voltado para problemas prioritários de saúde e o fortalecimento da gestão do SUS (8ª Programa PPSUS- FAPESQ/CNPq/MS, INCT – Rede Norte - Nordeste de Fito produtos, Programa Primeiros Projetos PPP – FAPESQ/CNPq, Apoio a Pesquisas para Arranjos Produtivos Locais : APL da Cachaça, bolsas de Iniciação Científica Júnior e PIBIC (ação do Ministério da Ciência e Tecnologia em convênio com o Governo do Estado), Limite do Visível, Pibid, Pet, com o apoio financeiro do Governo do Estado, bem como execução de vários contratos com Empresa Sebrae, PB Produtiva, SEIRMACH, Lei Paulo Gustavo, SEMAS, Instituto Casaca de Couro, fomento à inovação e empreendedorismo com o Programa Centelha I e II já estando sendo executado e o Centelha III em andamento. Convênio Tecnova III em adaptação, treinamento e execução, começando em 2024. Apoio à Organização e Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação. Editoração e publicação de periódicos científicos, apoio à participação em eventos internacionais de alto impacto, concluindo com a chamada CONFAP e sua mobilidade internacional.

Contudo, incentivando e executando projetos de pesquisa e extensão, atendendo a comunidade estudantil e apoio às pesquisas no nível de Mestrado, Doutorado e pós-doutorado, todas vinculadas à secretaria de Ciências e Tecnologia (SECTIES), e Secretaria de Educação. Atualizado com um novo modelo de ambiente de trabalho, originou uma pequena reforma e ampliação para melhor

executar seus serviços e atendimento aos pesquisadores, professores, alunos e público.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A preocupação com o meio ambiente é uma temática que envolve todos os setores da sociedade. As pesquisas ambientais suscitam inúmeras indagações, extremamente diversas em seu conteúdo, apelando pela participação interdisciplinar das grandes áreas de investigação científica (Joliet; Pavé, 1997).—Dispomos de inúmeras interpretações para o termo meio ambiente encontrada nas literaturas e livros científicos. Conforme o pesquisador francês Godard (2002), que retrata o conceito de meio ambiente como um conceito relacional, no limite vazio de substância própria, a definição de meio ambiente depende do sistema considerado inicialmente, ou seja, depende da identificação do domínio de existência desse sistema e do modo de ligação que ele estabelece com aquilo que se manifesta como seu meio ambiente.

Por sua vez, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) através da norma 10.703, conceitua meio ambiente como um determinado espaço em que ocorre a interação dos componentes bióticos (fauna e flora), abióticos (água, rocha e ar) e biótico abiótico (solo). Em decorrência da ação humana, caracteriza-se também o componente cultural em nome do progresso e do desenvolvimento sustentável, na qual se explica o uso racional dos recursos naturais (ABNT, 1989).

É possível perceber a vasta quantidade de definições de meio ambiente, sustentabilidade e elementos naturais, totalmente abrangentes. Neste sentido, o que tem se configurado no conceito de meio ambiente ao longo dos anos é que o mesmo não se relaciona somente aos seus aspectos naturais, mas sim às grandes modificações sofridas pela sociedade no decorrer da história da humanidade, o que tem levantado indagações que envolvem o meio social, econômico, político e educativo das questões ambientais (Almeida; Almeida; Amaral, 2015).

Participar do processo e está in loco, mostrou que mudanças foram feitas e compartilhadas de ideias e melhorias a cada momento. Seguimos para um antes e após estruturas localizadas em ambientes desordenados. Gestores e indicadores, imergem em ações voltadas à melhoria e o bem-estar sustentável, promovendo um melhor ambiente de trabalho. As figuras 3 e 4 mostrando um antes e depois. O perfil de salas organizadas de uma forma totalmente desordenada, como a sala de programas e projetos, onde ficaram armazenados durante um longo período, vários

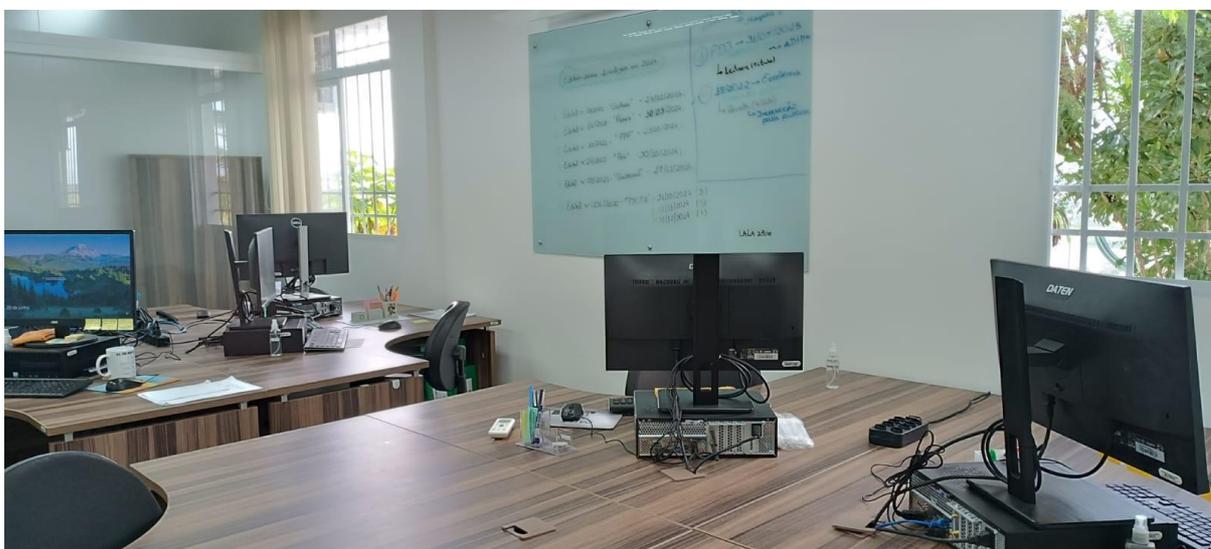
projetos executados, livros empilhados e a máquina de xerox e scanner no mesmo ambiente. O antes e depois, mostra um avanço em melhoria, arquivo e ambiente harmônico.

**Figura 3 - Sala de programas e projetos (antes)**



Fonte: elaboração própria.

**Figura 4 - Sala de programas e projetos (atual)**



Fonte: elaboração própria.

Conforme figura 4 e 5, mostra um antes em 2022 e depois em 2024, com identificações, documentos empilhados, arquivados e monitorados tradicionalmente. Processos administrativos de compras guardados em caixas e pastas e

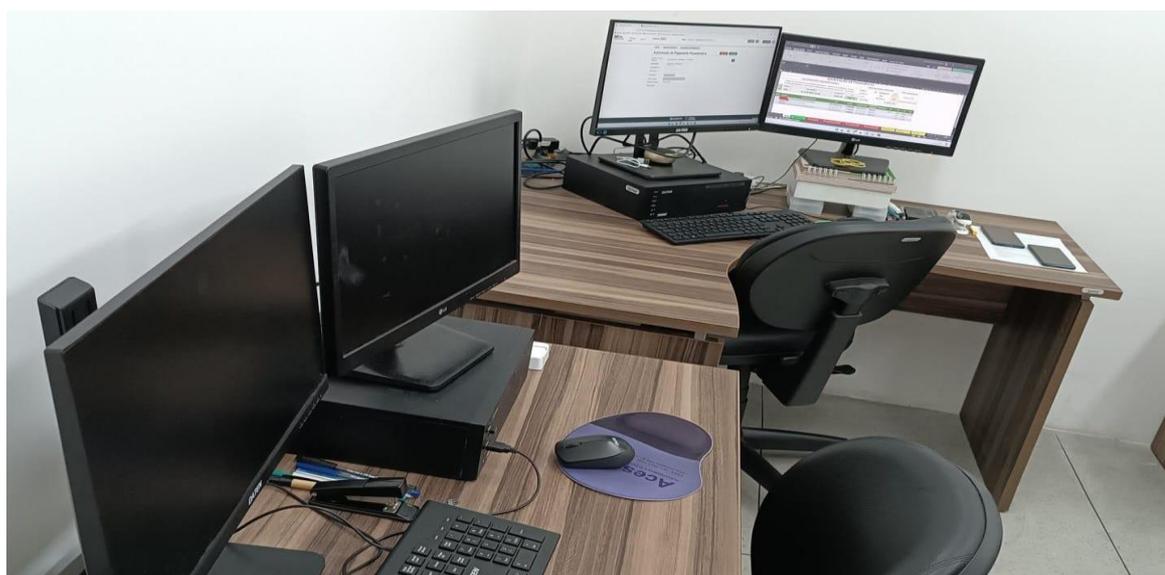
enumerados, identificando fornecedor, processo, licitação, compra direta. O arquivo foi sugerido a princípio que reorganiza-se na própria sala, com o passar das execuções e tramitações identificou se um aumento e acúmulo de processos, devido ao grande número de aquisições no órgão.

**Figura 5 - Sala do financeiro**



**Fonte:** elaboração própria.

**Figura 6 - Sala do financeiro (atual).**



**Fonte:** elaboração própria.

Estudos para o arquivo geral foi intensificado, onde não existia um arquivo, ou sala de arquivo, conforme figura 6 e 7 demonstra, tendo um avanço significativo

mediante scanner documental e montagem de processos virtuais, onde serão guardados e arquivados, solucionando a partir dessa prática um bom resultado em otimização, procurar e encontrar documentos antigos, e um ambiente de trabalho mais harmônico.

Ambientes totalmente desordenados, caixas tumultuadas e sem a menor condição de encontrar documentos.

**Figura 7 - Arquivo Geral (antes)**



Fonte: elaboração própria.

**Figura 8 - Arquivo geral (atual).**



Fonte: elaboração própria.

Diante de avanços tecnológicos, sociais e políticos foi identificado uma real necessidade em arquivamento de procedimentos administrativos. Projetos desenvolvidos através de servidores qualificados, cada dia mostrava que seria necessário pôr em prática. Estando em pandemia da Covid-19, o sistema PBdoc estudado e analisado foi avançando e evoluindo ano após ano. Dentre eles alguns decretos:

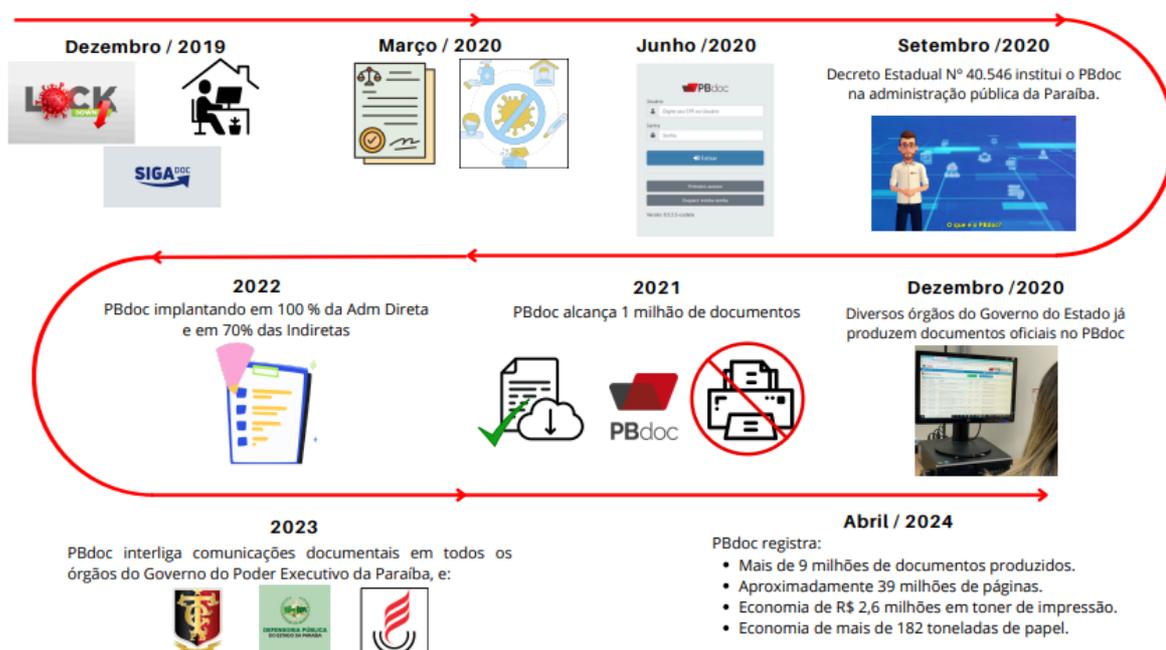
**Quadro 2** - Legislações específicas vinculadas ao PBdoc

Decreto	Especificação
Decreto Legislativo n.º 6/2020	Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020
Decreto Estadual n.º 40.122/2020	Declara situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde.
Decreto Estadual n.º 40.136/2020	Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de regime de trabalho remoto, em razão das medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus).
Decreto Estadual Nº 40.546	Institui o Sistema PBdoc de produção, gestão, tramitação, armazenamento, preservação, segurança e acesso a documentos e informações em ambiente digital e dá outras providências.
Lei Estadual nº 10.780 de 2016	Documentos contidos no PBdoc podem ser referenciados em quaisquer processos no âmbito do estado sem a necessidade de serem impressos

**Fonte:** elaboração própria.

Conforme figura 10 que poderemos observar a seguir, o PBdoc, mostra seu processo evolutivo, sendo a plataforma oficial do Estado da Paraíba para criação e tramitação de documentos eletrônicos. Foi constituído pelo , como plataforma oficial do Estado da Paraíba.

**Figura 9 - Processo evolutivo via PBdoc**



**Fonte:** Ramos, 2024.

Documentos contidos no PBdoc podem ser referenciados em quaisquer processos no âmbito do estado sem a necessidade de serem impressos, conforme a Lei Estadual nº 10.780 de 2016. A validação dos documentos é garantida pela plataforma, cuja sustentação é de responsabilidade da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA).

O PBdoc não define processos produtivos, esses precisam ser estabelecidos pela gestão do órgão, apoiará os processos definidos. O sistema PBdoc modificou, acrescentou, identificou, personalizou, que com a sua implantação o processo antes físico, passa a ser virtual, arquivado, cabendo uma busca rápida no sistema através de controle por ofício, nomenclatura ou número, sendo de melhor acesso. Foram feitos alguns cursos e palestras internas para um melhor manuseio no sistema.

O processo de indicação junto a um planejamento, análise e aplicação dessa agenda A3P na Fapesq, tendo encerramento em junho de 2024, por se tratar de um período mais tenso e crítico, passado por grandes e volumosos ajustes, mas que deve ficar sendo analisado, monitorado e classificado em melhorias para momentos de recuperação em um estudo aprofundado e detalhado com os gestores

e supervisores, visando a melhor qualidade de vida para os colaboradores em termos de sustentabilidade, rapidez e maior transparência aos processos executados em toda a Fundação, desde a criação e abertura de processos para compra de material, licitação, bem como um arquivo digital, otimizando tempo, economizando e preservando o meio ambiente.

Entre várias competências pode destacar e desenvolver funcionalmente, segundo Salinas (2005) é a capacidade de aprendizagem e atuação na organização para lidar com seus processos, informações e demandas específicas. Nada obstante, estar presente influencia positivamente o desenvolvimento da capacidade de atuar e planejar, bem como orientar outros servidores adequadamente com novas funcionalidades e melhoria, atendendo as exigências de um modo geral. Além de o ambiente sofrer uma nova funcionalidade, o administrador público tem suas habilidades baseadas:

[...] nos conhecimentos que o indivíduo possui devido à suas relações sociais, ou seja, a capacidade que esse indivíduo adquiriu através de suas relações, para tomar a iniciativa, demonstrar uma postura de cooperação no trabalho, assim como resolver os problemas que surgem e conseguir aprender com as situações reais vividas no ambiente (Peres, 2023, p. 2).

A competência organizacional, ligada à percepção da funcionalidade da organização, a extensão de suas funções, seus principais aspectos e processos internos (Prahalad; Hamel, 1990). Para auxiliar a FAPESQ no que diz respeito ao arquivo, sustentabilidade e uma melhor organização, a assessoria técnica de gestão visa orientação na gestão correta de projetos, auxiliando o administrador na prevenção de possíveis riscos que ameacem o correto andamento de todas as atividades desenvolvidas, além de proporcionar mais segurança às ações tomadas pelo gestor, para ser cumprida toda a legislação vigente no que envolve planejamento orçamentário e financeiro às contratações públicas. Isso significa melhor utilização dos recursos públicos, além de proporcionar um acompanhamento estrutural e metodológico das ações, para permitir as condições necessárias e legais para execução das atividades fins desta Fundação.

## 5. CONCLUSÃO

Esse trabalho concentrou-se em um objetivo de melhoria, aperfeiçoando administrativamente um novo modelo de forma sustentável e estrategicamente, trazendo mais eficácia a Fapesq. Consistiu em um período de adaptação indispensável à formação de um administrador ou servidor público, provendo-lhe sempre o desenvolvimento em atividades estudadas, durante o período de estudos ao novo modelo proposto. Contudo, esse artigo visou alcançar e levantar hipóteses dos mais diversos sentidos e promover uma melhoria no ambiente de trabalho em todos os setores, principalmente em arquivo físico.

Destaca-se para um novo saber profissional ligada a habilidades e várias competências a serem desenvolvidas e lapidadas a partir de um determinado período executado. A característica e o conhecimento desse trabalho é uma etapa na qual os diferentes conhecimentos são indispensáveis para a total construção de um projeto analisado, definido e aplicado, não só com data de início nem com término e sim com continuidade e melhorias a cada etapa.

Imergir em um ambiente administrativo, mais especificamente, na FAPESQ, permitiu entender, identificar, reconhecer e compreender a real necessidade de mudança e adaptação a um ambiente mais salubre, agradável e visionário ao mundo tecnológico, onde processos muito antigos, foram reorganizados e adaptados a novas técnicas de arquivamento, principalmente, o de muitos anos, sem perspectivas de melhoria.

Na maior parte dos casos, analisar diferentes situações advindas de administrações retrógradas e antiquadas sem intenção de mudança ou perspectiva de um novo ambiente de trabalho, ou formação de pessoas em diferentes estágios de planejamento e execução de projetos e melhorias.

Pode-se depreender que o ambiente facilitou ao avanço do sistema de implantação e práticas de sustentabilidade dentro da Fapesq, outro indicativo ao desenvolvimento é a grande parcela de servidores com pouca rotatividade, tornando bons profissionais na área. Por ter conhecimento em vários setores, podem contribuir com informações mais precisas, relatando suas dificuldades e sugerindo melhorias. Almeja-se que o estudo tenha despertado interesse dos envolvidos e que

assim permitir, um avanço tecnológico e sustentável, visionando o futuro com melhorias que possam servir de estudos e instauração na administração pública.

As limitações e resistências existem em qualquer ambiente. No ambiente de trabalho, tende a várias resistências em mudança e adaptação, onde temos aquelas práticas antigas e as novas estão chegando, e as pessoas hesitam em aceitar, mesmo que seja para sua melhoria. Como sugestão, temos que executar com mais clareza toda a sua melhoria, através de incentivos para um melhor dia de trabalho, e sua maior sustentabilidade em todos os aspectos.

## REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.703**: 1989: Degradação do solo: terminologia. Rio de Janeiro: ABNT, 1989.

ALMEIDA, O. S.; ALMEIDA, I. F. V.; AMARAL, C. L. F. Abordagem das dimensões conceitual, procedimental e atitudinal da temática meio ambiente em livros didáticos de ciências com base nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Eletrônica de Biologia**, v. 8, n. 1, p. 29-53, 2015. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/reb/article/viewFile/15466/16654>>. Acesso em: 25 out. 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm).

BRASIL. **Lei nº 12.462**, de 5 de agosto de 2011. Dispõe sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), no âmbito da administração pública federal; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2011.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm). Acesso em: 26 maio 2023.

DROR, Y. **A capacidade para governar** - informe ao Clube de Roma. São Paulo, Edições Fundap, 1999.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: Vieira, Paulo Freire; Weber, Jacques (Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2º ed. Rio de Janeiro. 2004.

PERES, C. Estudo de caso. **Estágio Supervisionado II**. Secretaria de esporte e qualidade de vida. Curso de Administração. Faculdade Santo Antônio. Caçapava, 2023. Disponível em: <https://fsantoantonio.edu.br/wp-content/uploads/2023/08/SECRETARIA-DE-ESPORTE-E-QUALIDADE-DE-VIDA.pdf>. Acesso em: 10 jul, 2024.

PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao; HAMEL, Gary. The core competence of the Corporation. **Harvard Business Review**, v. 68, n.3, p. 79-91, 1990. Disponível em: <https://hbr.org/1990/05/the-core-competence-of-the-corporation>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RAMOS, M. **Apresentação V SECI 1**.pptx.pdf (V Semana Estadual do Controle Interno). Disponível em: [https://paraiba.pb.gov.br/diretas/controladoria-geral-do-estado/arquivos/MARCELORAMOSApresentao\\_V\\_SECI1.pptx.pdf](https://paraiba.pb.gov.br/diretas/controladoria-geral-do-estado/arquivos/MARCELORAMOSApresentao_V_SECI1.pptx.pdf). Acesso em: 10 jul. 2024.

RAMOS, Marcelo da Silva. **Análise da eficiência e usabilidade do sistema PBDOC**. 2024. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/31855>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SALINAS, José Luis. Gerentes, competências e aprendizagem nas organizações. In: DAVEL, Eduardo; MELO, C.O.L. **Gerência em ação**: singularidades e dilemas do trabalho gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SILVA, J. I. A. O.; FILHO, J. S. Licitações sustentáveis em instituições de ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Campina Grande. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 153–195, 2021. DOI: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v12i1.25679. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/25679>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, S. S.; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica. RAM. **Revista de Administração Mackenzie** [online]. 2011, v. 12, n. 3 pp. 146-176. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000300007>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOUSA, M.C.V.; MEDEIROS, L.G. Estudo de caso sobre a adesão de uma instituição de ensino superior a agenda ambiental na administração pública (A3P). **Rev. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 16, n. 45, p. 272-283, out./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/12150>. Acesso em: 01 abril 2024.

SORRENTINO, Met al. Educação ambiental como política pública. Educação e pesquisa, v. 31, n. 02, p. 287-299, 2005. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000200010&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000200010&script=sci_abstract). Acesso em: 10 jul. 2024.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2008.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus por essa grande oportunidade, fonte de sabedoria, por me guiar em todas as viagens até as aulas presenciais e sustentar cada passo dessa grande jornada.

Aos meus Pais, Sônia Maria Fernandes de Melo e Luiz Adelino de Melo, por ter dado todo o incentivo durante toda vida acadêmica.

Ao meu esposo Kleverson Pereira Falcão e a minha filha Maria Luiza de Melo Falcão, pela compreensão por todo suporte em viagens e entendendo algumas ausências em momentos familiares.

Aos professores do curso de Pós-Graduação LATU SENSU gestão em administração pública da UEPB, em especial, Prof. Dra Viviane Motta, por ter sido minha orientadora e à Professora Dra. Hannah Oliveira, que contribuíram ao longo por meio de indicações, leituras, disciplinas e debates, para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

Aos colegas de trabalho pelos momentos de conversas e apoio que tanto necessitei e fui compreendido por eles, em especial: Anny, Emily, Larissa, Márcia, Manoel, Polyana, Patrícia, Professor Rangel e ao Professor Dr. Kleiton Wagner Nogueira, que participou da minha banca.

E a todos que contribuíram com essa grande conquista em minha vida. Esse trabalho é fruto de muita dedicação, esforço e renúncias.